

A GRANDE RENÚNCIA MASCULINA¹

THE GREAT MALE RENUNCIATION

Almery Junior Ruviano², Taís Steffenello Ghisleni³ e Elsbeth Léia Spode Becker⁴

RESUMO

Este artigo visa tecer considerações acerca dos motivos que conduziram ao abandono, por parte dos homens, de um vestuário ornamental e ostensivo para o uso de peças discretas. Até meados do século XVIII, a vestimenta masculina apresentava qualidades exageradas de ornamentação, que, gradativamente, foram sendo abdicadas e substituídas por peças mais severas e cores neutras, até assumir formas discretas personificado no modelo abstrato do terno como é conhecido na contemporaneidade. A metodologia está embasada no estado da arte, na perspectiva da pesquisa qualitativa e na abordagem descritiva a partir de autores que pesquisam a História da Moda e na obra ‘A psicologia das roupas’ do psicanalista inglês John Carl Flügel. Pôde-se inferir que, nesse processo histórico de construção social masculina através do traje, a separação binária da moda também significou a estratificação dos papéis de homens e mulheres nas sociedades ocidentais e acabou lançando as bases do que é conhecido hoje como masculino e feminino.

Palavras-chave: Moda Masculina; Vestuário; Construção Social.

ABSTRACT

This article aims to make considerations about the reasons that led to the abandonment, by men, of an ostensive and ornamental clothing for the use of discreet pieces. Until the mid-eighteenth century, men's clothing had exaggerated qualities of ornamentation, which gradually were abdicated and replaced by more severe pieces and neutral colors, until assuming discrete forms personified in the abstract model of the suit as it is known in contemporary times. The methodology is based on the state of the art, the perspective of qualitative research and the descriptive approach from the work “the psychology of clothing” by the English psychoanalyst John Carl Flügel. It can be inferred that in this historical process of male social construction through costume, the binary separation of fashion also meant the stratification of the roles of men and women in Western societies and eventually laid the foundations of what is known today as male and female.

Keywords: Men's Fashion; Clothing; Social Construction.

1 Artigo desenvolvido no Grupo de Pesquisa Ensino de Humanidades e Linguagens, na Linha de Pesquisa Ensino e Práticas Docentes, no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - MEHL - Universidade Franciscana - UFN.

2 Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens - MEHL. Professor do Curso Design de Moda - Universidade Franciscana - UFN. E-mail: ruviarojunior@hotmail.com

3 Doutora. Professora do Curso de Publicidade e Propaganda e do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens - MEHL - Universidade Franciscana - UFN. E-mail: taisghisleni@yahoo.com.br

4 Doutora. Professora colaboradora. Universidade Franciscana - UFN. E-mail: elsbeth.geo@gmail.com

INTRODUÇÃO

O vestuário constitui-se em uma das mais notáveis marcas de *status* e de gênero, exercendo papel fundante na estratificação social das identidades e na construção cultural dos papéis de homens e mulheres nas sociedades ocidentais. Além disso, a linguagem do vestuário, também demonstra como os indivíduos, nas mais diferentes épocas, reconhecem suas identidades e suas posições nas estruturas sociais e transacionam as fronteiras de *status* (CRANE, 2016).

O fenômeno moda como sequência de variações contínuas e de caráter coercitivo no modo de vestir, como conhecemos hoje, teve seu início no século XIV quando uma diferenciação na forma de vestir de homens e mulheres tornou-se perceptível de forma mais contundente. A partir desse período em diante, o sistema da moda conquistou todas as esferas das estratificações sociais, influenciando diferentes setores da vida coletiva, desde comportamentos, gostos, ideias, artes, móveis, roupas, objetos e linguagem (CALANCA, 2021).

Assim, a moda assume e deixa visível, na linguagem das roupas, a divisão dos papéis sociais do que é ser homem e do que é ser mulher, no mundo ocidental, culminando no século XIX com a estratificação binária da sociedade. Masculinidade e feminilidade tornaram-se rígidos e antagônicos valores (BORGES; MONTELEONE; DEBON, 2019) e, assim, no percurso da história das modificações culturais e sociais, tem-se, na linguagem da moda, o testemunho visível do abandono, por parte dos homens, de toda e qualquer tentativa séria de se adornarem.

O presente artigo visa tecer considerações acerca dos motivos que conduziram ao abandono, por parte dos homens, de um vestuário ornamental e ostensivo voltando-se para o uso de peças discretas. A metodologia foi embasada no estado da arte, na perspectiva da pesquisa qualitativa e na abordagem descritiva histórica a partir de autores que pesquisam a História da Moda e na obra ‘A psicologia das roupas’ do psicanalista inglês John Carl Flügel. O texto apresenta-se em três seções principais, além da introdução e das considerações finais.

A primeira seção “Breve contextualização do ato de vestir” traz a trajetória da existência humana na Terra e sua relação com a vestimenta enquanto indumentária de abrigo e, posteriormente, de diferenciação social, nos diferentes períodos históricos da humanidade.

A segunda seção “História de uma ruptura” discorre sobre as mudanças que se estabeleceram na forma de vestir de homens e mulheres e o que levou a uma ressignificação dos papéis sociais de ambos os sexos e da própria forma de encarar a moda.

Na terceira seção, “A grande renúncia masculina”, são apresentados os fatores sociais e também psicológicos que tornaram possível aos homens abdicarem ao vestuário elaborado, à ornamentação e ao interesse pelo mundo da moda.

A história da trajetória do ato de vestir e do surgimento da moda é um tema importante para reflexão e, especialmente, para contextualizar o cenário da Revolução Francesa, da Revolução

Industrial e da ascensão do capitalismo que alavancaram uma nova concepção, binária, para o vestir masculino e feminino.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ATO DE VESTIR

O vestuário evoluiu e na trajetória da humanidade se tornou um reflexo das questões sociais, políticas, religiosas e morais de todos os períodos vivenciadas pelo ser humano. Dessa forma, a história do vestuário implica nas características das diferentes épocas e nos aspectos da vida em sociedade.

Nos primórdios da vida do homem na Terra, a vestimenta tinha a função única de proteção contra as intempéries climáticas e era constituída no uso de folhas, fibras vegetais e peles de animais. No período da Pré-história, o uso de vestimenta, além da proteção contra o frio e outras agressões externas, adquiriu, também, a função de um adorno, que ajudava o homem a se impor sobre os outros animais. Estima-se que aqueles que viviam em regiões temperadas e frias eram mais propícios ao enfeite e ao adorno (BRAICK; MOTA, 2017).

No Período Paleolítico os seres humanos viviam em tribos nômades que se deslocavam constantemente para a obtenção de alimentos, pois se abasteciam de caça, pesca e coleta de frutas. Segundo Braick e Mota (2017), foram identificados objetos semelhantes a agulhas primitivas, feitas com ossos e marfim, datadas de aproximadamente 30 mil anos a.C. Especula-se que, nessa época, foram utilizados os primeiros saiotos feitos de couro retirado dos animais caçados.

Ainda na Pré-história, no Período Neolítico, iniciou-se a vida sedentária e o cultivo de cereais e a criação de rebanhos. Apareceram as primeiras civilizações no Crescente Fértil, na região do Oriente Médio, entre o Irã e o Egito. Surgiram, também, as civilizações da Mesopotâmia e do Oriente Próximo, que desenvolveram os tecidos de linho e estes passaram a substituir gradativamente as peles de animais. À medida que o homem foi deixando de ser nômade, o vestuário foi evoluindo com a prática da agricultura que permitiu o cultivo e a produção do linho e a partir deste foram feitos tecidos pela técnica da feltragem (BRAICK; MOTA, 2017).

Na Antiguidade a informação sobre o vestuário vem de pinturas, vasos e esculturas, que fornecem uma ideia aos pesquisadores de como eram as roupas e qual era o papel do vestuário em cada época. Em meados do século XX, paleontólogos descobriram a cidade de Çatal Huyuk na região Centro-sul da Turquia, próxima as nascentes dos rios Tigre e Eufrates. Datada de 6.500 a.C., o cenário da cidade considerada o palco da primeira civilização a se preocupar com a vestimenta, por motivos também estéticos e, conseqüentemente, valorizando a profissão de costureiro. Antes dessa descoberta, os estudiosos pensavam que os sumérios e os egípcios tivessem sido os primeiros a ter esse tipo de preocupação. Cerca de 4.000 anos a.C, na mesma região entre os Rios Tigre e Eufrates, no atual território do Iraque, na Mesopotâmia, os sumérios usavam saiotos feitos de pele de animais.

Os povos da Mesopotâmia já haviam desenvolvido a tecelagem, mas ainda utilizam peles de animais como vestuário (BRAICK; MOTA, 2017).

No apogeu do desenvolvimento desses povos, a fibra mais utilizada para fabricação dos tecidos era o algodão, além da lã e do linho. Nessa mesma época, no Egito, as roupas e os complementos cumpriam a função de diferenciadores sociais, distinguindo os nobres e as classes mais favorecidas dos pobres que, muitas vezes, andavam nus. No período dos faraós, que durou cerca de 3.000 anos, poucas mudanças ocorreram no modo de vestir dos egípcios. Os tecidos eram feitos de fibra natural vegetal, principalmente, o linho, e o algodão era menos utilizado. As peças do vestuário consistiam basicamente em tangas e túnicas. Entre os anos de 1750 e 1400 a.C, no período da Antiguidade Clássica, em Creta, eram utilizados os tecidos de linho e lã ou couro (BRAICK; MOTA, 2017).

Na Grécia, cujo apogeu ocorreu entre os séculos VII e I a.C., a peça mais característica da indumentária era o quáton, a túnica usada tanto por homens quanto por mulheres. O quáton, quando estendido, era um retângulo de tecido. No corpo era atado nos ombros e embaixo dos braços, com uma das laterais fechadas e outra aberta. Originalmente, era confeccionado com lã e posteriormente foi sendo fabricada com linho (BOUCHER, 2012).

No primeiro século a.C., em Roma, e até o século V d. C., a vestimenta se constituía basicamente da toga, que recebeu *influência de vestimentas típicas da Grécia e da Etrúria*. Assim, usava-se uma túnica e, sobre ela, a toga. Quanto maior o volume da toga, mais alto seria o *status* social de quem a usava, tanto para homens, quanto para as mulheres (BOUCHER, 2012). Bizâncio, inicialmente a parte oriental do Império Romano e que sobreviveu ao colapso do Império Romano do Ocidente, continuou a prosperar, existindo por mais de mil anos até sua queda em 1453, diante da expansão dos turcos otomanos. Antes disso, por volta do século XI d.C., Bizâncio atingiu grande apogeu e a seda era o principal tecido utilizado, sendo produzida na própria região, dispensando sua importação da Índia e da China. Era um tecido destinado exclusivamente aos nobres e ricos. A lã, o algodão e o linho também compunham a indumentária dos bizantinos. Como em outras culturas, a roupa também era um fator de diferenciação social. Quanto maior o prestígio, mais ornamentada ela era. Eram usadas túnicas com mangas longas, para os dois sexos. O manto usado sobre a túnica tinha influência romana (BOUCHER, 2012).

A Idade Média, nos séculos V a XV d.C., trouxe uma série de diferenciações no campo da costura. A habilidade dos artesãos fez com que as roupas passassem a ser mais refinadas, costuradas de forma esmerada, com aplicação de joias e pedrarias. Muitas túnicas feitas de algodão, sobrepostas, faziam com que o nobre se sentisse confortável com os rigores do inverno europeu. Nessa época, os povos bárbaros utilizavam roupas feitas de linho, cânhamo e algodão, além do couro. Os tipos de vestimenta eram *túnicas, mantos e espécies de calças* (BOUCHER, 2012).

O final da Idade Média e início do Renascimento foi um período muito importante para a história do vestuário, pois surgiu, nessa época, o conceito de moda. Os nobres da corte de Borgonha,

na França, se incomodavam com as cópias de suas roupas feitas pela classe social emergente, os burgueses. Em consequência disso, os nobres começaram a diferenciar cada vez mais as suas roupas, criando, assim, um ciclo de criação e cópia. Nesse contexto, a moda surgiu como um diferenciador social, diferenciador de sexos, pelo aspecto de valorização da individualidade e com o caráter da sazonalidade, ou seja, os modelos duravam enquanto não eram copiados. Quando isto acontecia, deveriam ser criados novos modelos (BOUCHER, 2012).

No período do Renascimento, a tecelagem se desenvolveu muito. Nas grandes cidades italianas foram elaborados tecidos de primeira qualidade, como brocados, veludos, cetins e sedas. As roupas tornaram-se mais requintadas e os ornamentos ganharam maior importância. As roupas vinham costuradas com joias diversas. Nesse momento, a costura se torna um empreendimento muito lucrativo e os vestuários masculinos e femininos mantinham grande riqueza de recortes e de ornamentos (AVER, 2019).

O período Barroco, no século XVII, caracterizou-se por excessos, com roupas volumosas, e pelo uso de rendas. No século XVIII, no período do Iluminismo, com a arte Rococó, as roupas se encheram de *babados, laços e flores*. As roupas femininas eram muito volumosas e chegaram ao auge da extravagância no período de Maria Antonieta e Luiz XVI, reis da França. Após a Revolução Francesa, no final do Século XVIII, as roupas tornaram-se mais práticas e confortáveis e ricos e pobres se vestiam da maneira mais despojada possível, apesar de continuar evidente, nas roupas, a seleção de classes sociais (AVER, 2019).

Com a Revolução Industrial, na Inglaterra, a classe burguesa passou a se diferenciar das demais classes buscando roupas mais aprimoradas, e, para isso, contratavam pessoas especializadas para garantir exclusividades em suas roupas. No entanto, foi no período entre 1898 a 1910 que *a indústria do vestuário evoluiu*, passando a produzir em massa, tanto na Inglaterra como na América. Da mesma forma, houve um aumento do trabalho em domicílio, pois, com as costureiras domésticas, as pessoas poderiam achar exclusividade, o que não era possível nas fábricas. Portanto, a Revolução Industrial fez com que surgisse o setor de negócios da moda, e, desde então, consolida-se como um setor rentável e de grandes empreendimentos (AVER, 2019).

Há, portanto, a partir do Renascimento a evidência maior do desenvolvimento e da importância da tecelagem para a produção de tecidos e, gradativamente, percebe-se que cresce o imaginário em torno do ato de vestir até culminar naquilo que viria a ser conhecido como moda e, também, na separação binária da moda que significou a estratificação dos papéis de homens e mulheres nas sociedades ocidentais.

HISTÓRIA DE UMA RUPTURA

No final da Idade Média, na transição para o Renascimento, no desabrochar das cidades, da vida urbana e na emergência da burguesia como classe social, a moda passa a refletir importantes

mudanças mostrando os arranjos sociais e as marcas ainda inéditas de intencionalidades. O vestuário passa a expressar nitidamente as duas classes sociais do novo sistema econômico emergente, o capitalismo, e suas classes antagônicas, burgueses e trabalhadores. Assim, as roupas passam a existir, extrapolando as costumeiras distinções entre nobres e plebeus. Para Lipovetsky (2009), esse período marca o surgimento da moda como uma forma de linguagem, onde o uso intencional da aparência passa a estabelecer também um discurso de sedução e o caráter binário de masculino e feminino.

No momento em que o traje passa a evidenciar um corpo de homem e outro de mulher, a moda assume um caráter binário onde roupas externas femininas eram ajustadas em cima e longas e soltas embaixo, sem divisão entre as pernas, ao passo que as masculinas eram invariavelmente bifurcadas da cintura para baixo e cobertas por túnicas mais curtas na parte superior do corpo (BORGES; MONTELEONE; DEBON, 2019).

Lipovetski (2009, p. 65-66) descreve que

As modificações na estrutura do vestuário masculino e feminino que se impõem a partir de 1350 são um sintoma direto dessa estética preciosista da sedução. O traje marca, desde então, uma diferença radical entre o masculino e o feminino e sexualiza como nunca a aparência. (...) O traje de moda tornou-se traje de sedução, desenhando os atrativos do corpo, revelando e escondendo os atrativos do sexo, avivando os encantos eróticos: não mais apenas símbolo hierárquico e signo de estatuto social, mas instrumento de sedução, poder de mistério e de segredo, meio de agradar e de ser notado no luxo, na fantasia, na graça amaneirada. A sedução afastou-se da ordem imemorial do ritual e da tradição; inaugurou uma longa carreira moderna individualizando, ainda que parcialmente, os signos do vestuário, idealizando e exacerbando a sensualidade das aparências.

O autor evidencia o aspecto binário, masculino e feminino, assumido no ato de vestir e reforça que o traje assume o ideário da sensualidade na aparência. Se antes a utilização das vestes, nas sociedades ocidentais, estava centrada no respeito e na reprodução minuciosa do passado coletivo (LIPOVETSKY, 2009), a partir do Renascimento começa a experimentar um movimento onde as aparências femininas e masculinas nunca foram tão diferenciadas. O que passa a ser considerado como adequado a corpos masculinos difere em muito ao que se percebe adequado aos corpos femininos.

Os trajes masculinos experimentavam inovações e enalteciam os corpos dos homens, com gibões estruturados e calções curtos deixando à mostra as pernas e, muitas vezes, as genitais que passaram a ser cobertas por uma peça triangular, às vezes estofada, denominada *codpiece* (braguilha) (FOGG, 2013).

Já as vestes femininas não expressavam grandes mudanças estruturais, permanecendo basicamente atreladas ao vestido justo no corpo até a cintura e com saia ampla e longa. Detentoras da modéstia, as roupas femininas permaneceram até o início do século XX com o mesmo intuito de esconder o corpo da mulher como o fizera a mais de 500 anos. Mesmo acompanhando freneticamente as mudanças da moda, o vestuário feminino não conseguia desvencilhar-se do padrão de fragilidade, submissão e procriação atribuídas ao papel da mulher (HOLLANDER, 1996).

Ainda que homens e mulheres passassem a ter o vestuário cada vez mais distinto na estrutura dos trajes e com ênfase erótica diferentes, o modo de vestir e a forma decorativa eram comuns a ambos os sexos. Os tecidos luxuosos, os brocados, os veludos e as sedas cobriam os corpos de ambos os sexos e a moda masculina mantinha a liderança imaginativa até meados do século XVII (HOLLANDER, 2016). Atributos hoje tidos como femininos foram usados primeiramente por homens. Os saltos nos calçados, a maquiagem, os babados, o uso das perucas e a própria afetação gestual faziam parte do referencial masculino até meados do século XVII. Exemplo disso era a corte de Luis XIV, o Rei Sol, quando a França se tornou a maior influenciadora da moda na Europa (FOGG, 2013).

Na segunda metade do século XVII, uma importante cisão ocorre no campo da moda na França e que teria grande impacto na forma de vestir homens e mulheres. Um grupo de costureiras francesas obtém com o rei o consentimento para formarem uma guilda para confeccionar roupas para mulheres e tornaram-se as primeiras modistas profissionais. Até então eram os alfaiates masculinos responsáveis por confeccionarem as roupas, tanto dos homens quanto das mulheres, há pelo menos quatro séculos. Este acontecimento dá início a “uma divergência fundamental nas roupas dos dois sexos que norteou todo o século XVIII, alcançou seu ápice no século XIX e ainda persiste”, conforme Hollander (2016, p.88). O que poderia ser um ganho para o vestuário feminino, acabou por sentenciar como frívolo tudo que envolvia a “moda” feita de mulheres para mulheres, enquanto a alfaiataria masculina seguia com seu prestígio e respeitabilidade conduzida pelas mãos dos alfaiates.

Portanto, o final do século XVII assistiu um marcante distanciamento estético das roupas masculinas, afastando-se de qualquer afinidade com o vestuário feminino. É neste período que surge o que seria o precursor do traje moderno: a junção de um tipo de casaco com botões que se ajustava folgadamente ao corpo usado com um colete abotoado e ceroulas, agora folgadas e macias, que seriam substituídas por calças compridas mais adiante. Estava formado o “traje” que, usado com uma camisa flexível e uma espécie de gravata amarrada ao pescoço, completaria o esquema calça-casaco-camisa-gravata-colete conhecido até a contemporaneidade. O casaco passa a ser a peça mais desejada pelos homens, confeccionado em tecidos pesados e muitas vezes opacos comumente cortados em lã ou couro, diferenciava-se do colete e da calça (HOLLANDER, 2016). Para a autora, a história do vestuário é contada a partir da diferenciação de sexo e gênero, uma vez que o vestuário com seus adornos e acessórios corporais, mais do que revelam, balizam a identidade sexual dos indivíduos e este processo torna-se evidente quando observado os caminhos dissonantes das modas para os dois sexos.

Conforme Lipovetsky (2016), a simplificação do vestuário masculino foi fundamental nas transformações dos discursos e práticas da moda. O autor argumenta que “o equilíbrio na relação dos gêneros com a roupa rompe-se com o Iluminismo” (LIPOVETSKY, 2016, p. 156). Isso ocorre também pelo fato da moda feminina assumir, ao longo do século XVII, um caráter extravagante e caprichoso. Deste ponto em diante, descreve o autor, a frivolidade da moda passa a ser vinculada ao universo feminino como signo de sedução, fantasia, leveza e ornamentação. Em contraponto, tais

valores vão sendo gradualmente retirados do universo masculino. Paulatinamente, o vestuário do homem passa a representar uma nova ética centrada na valorização do trabalho, do mérito, da elegância discreta em contraposição à suposta fragilidade e delicadeza conferida, desse momento em diante, como um atributo natural ao sexo feminino, que se consolida no discurso do sexo frágil.

Lipovetsky (2009, p. 91) esclarece que:

O traje masculino, neutro, escuro, austero, traduziu a consagração da ideologia igualitária como ética conquistadora da poupança, do mérito, do trabalho das classes burguesas. O vestuário precioso da aristocracia, signo de festa e do fausto, foi substituído por um traje que exprime as novas legitimidades sociais: a igualdade, a economia, o esforço. Espoliação dos homens do brilho dos artificios em benefício das mulheres, estas sim destinadas a dar continuidade aos símbolos de luxo, de sedução, de frivolidade.

Essas identidades opostas entre os sexos tornam-se particularmente acentuadas na Europa do século XIX. A moda por sua vez cristaliza essa nova realidade social, marcada pelos valores burgueses dominantes da época, lançando as bases do que se conhece ainda hoje como “feminino” e “masculino” (BORGES; MONTELEONE; DEBON, 2019).

A frivolidade da moda feminina denota uma posição de inferioridade da mulher. Ela possui um valor decorativo: sua função é ser agradável e delicada. A mulher burguesa deveria restringir-se ao privado, enquanto o homem exercia seu papel de provedor da família e destinado ao trabalho, cuja “mulher-ornamento” o completa.

Uma nova dinâmica na moda produz, a partir da segunda metade do século XVIII, roupas masculinas que se distanciam cada vez mais dos ideais da corte francesa e tomam ares rurais inspirados na aristocracia inglesa, com seus esportes equestres e caçadas ao ar livre (FOGG, 2013).

Ao final do século XVIII e início do século XIX, os princípios iluministas que promoveram as bases para a Revolução Francesa com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, aliados aos efeitos da Revolução Industrial, criaram, nas sociedades ocidentais, uma nova cultura masculina representada por homens que construíram suas posições sociais não mais pela hereditariedade de títulos de nobreza, mas em função do mérito e trabalho.

A centralidade na reflexão é perceber a importância que representou a Revolução Francesa e os valores do Iluminismo na transformação social e política em todo o mundo ocidental. Souza (2007, p. 80) muito contribui ao esclarecer:

O homem só se desinteressou da vestimenta quando esta, devido à mudança profunda no curso da história, deixou de ter importância excessiva na competição social. A Revolução Francesa, consagrando a passagem de uma sociedade estamental a uma sociedade de classes, e estabelecendo a igualdade política entre os homens, fez com que as distinções não se expressassem mais pelos sinais exteriores da roupa, mas através das qualidades pessoais de cada um.

O modelo do que seria adequado ao vestir do homem passa a ser redesenhado sob a influência do neoclassicismo. A Antiguidade Clássica povoa o imaginário coletivo da Europa impulsionado

pelas artes e arquitetura desse período. O novo homem deveria assemelhar-se a estátua grega de Apolo e a alfaiataria remodela a figura do homem ideal. Se antes a silhueta masculina mantinha um formato de pêra, com ombros estreitos e o volume concentrado nos quadris, agora o eixo verticaliza-se e os ombros e o tórax precisam ser realçados. A imagem do homem precisava ser esculpida como um herói grego e a roupa deveria representar a perfeição clássica do corpo nu (HOLLANDER, 2016).

Somado ao *zeitgeist* da época, Hollander (2016, p.119), enfatiza que “todos estes fenômenos novos estão associados com a figura legendária do Belo Brummell, que corporificava o novo tipo de herói feito pela alfaiataria”. Arquétipo do dândi, símbolo do bom gosto e discrição, representava o ideal de masculinidade da época: ombros largos, tórax esbelto e pernas compridas. Brummell popularizou a higiene e asseio pessoal e mantinha regularmente o hábito de escovar os dentes, barbear-se e tomar banho (FOGG, 2013). Se por um lado o dandismo, representado pela ausência de detalhes supérfluos e por um minimalismo sofisticado, trouxe ao vestuário masculino um despojamento na indumentária, por outro lado caracterizou-se por um cuidado quase ritualístico com o ato de vestir e uma certa afetação no comportamento dos homens da época. O movimento foi perdendo sua força até a primeira metade do século XIX, criticados pelo excessivo cuidado com a aparência uma vez que dispensavam grande tempo na perfeita disposição do lenço e na meticulosa apresentação pessoal. A estética do dândi foi considerada sexualmente ambígua e muito dos seus representantes taxados de afeminados, o que levou ao abandono deste estilo por boa parte dos homens da época (BORGES; MONTELEONE; DEBON, 2019).

A partir do final do século XVIII Londres torna-se referência de moda masculina e o cavalheiro inglês, bem-sucedido, de boa educação e de boas maneiras, passa a ser o ideal masculino, neste período. Até mesmo a França, expoente em lançar moda, rende-se à chamada anglomania, cuja principal característica era a simplicidade no vestir, sendo adotada indiscriminadamente pelas classes dominantes (HOLLANDER, 2016).

Durante todo o século XIX e início do XX, a hegemonia da Inglaterra sobre o vestuário masculino era incontestável. Calcada em uma simplicidade sofisticada e estudada, composta por detalhes discretos, mas de grande representatividade social.

Lipovetsky (2009, p. 32) coloca em evidência a distintiva importância dos pormenores na composição das aparências, ao afirmar que:

Torrentes de “pequenos nada” e pequenas diferenças que fazem toda a moda, que desclassificam ou classificam imediatamente a pessoa que os adota ou que deles se mantém afastada, que tornam imediatamente obsoleto aquilo que os precede. Com a moda, começa o poder social dos signos ínfimos, o espantoso dispositivo de distinção social conferido ao porte das novidades sutis.

Nesse sentido, Souza (2007, p. 75), corrobora que o abandono dos domínios de certas insígnias de poder e erotismo, como chapéus, bengalas, charutos e discretas joias, elementos decorativos

do vestuário masculino não se efetivou repentinamente e se a roupa simplifica e o homem desiste das rendas e plumas, que se tornam recursos apenas femininos, não abre mão de outras formas mais sutis de afirmação social e prestígio, representadas agora pela exploração estética do rosto e no uso de determinados acessórios.

As modernizações do vestuário masculino ocorridas na Inglaterra, neste período, estavam de certa forma, ligadas à sua posição de nação rica, democrática e tecnologicamente desenvolvida. A sóbria indumentária representava uma espécie de emblema de seus valores morais e políticos que consagravam a liberdade como um direito a todos. A liberdade no vestir masculino fez-se representar no uso do terno, não só pelo conforto que as peças trouxeram, mas, principalmente, pela democratização da moda que proporcionaram (HOLLANDER, 2016).

Numa sociedade onde os espaços públicos ficaram sob o domínio masculino e as mulheres restritas ao ambiente doméstico, o vestuário acompanhou tal movimentação. As mulheres de classe média e alta não deveriam trabalhar, nem fora nem dentro do lar. Suas roupas assumiram tamanha complexidade que as impediam de realizar tarefas domésticas. Se por um lado a moda as aprisionava, por outro lado tornava-se um escape. Era o território onde elas poderiam manifestar poder e expressar suas identidades através de símbolos não verbais proporcionados pelo vestuário (CRANE, 2016).

Os homens por sua vez passaram a um ambiente onde o trabalho tornara-se o fator básico de construção de identidades e de relações sociais. A autora supracitada relata que no século XIX houve uma ressignificação das relações onde “a afiliação de classe social constituía um dos aspectos mais proeminentes da identidade pessoal” (CRANE, p. 26, 2016). O vestuário masculino assume ares de “uniforme” onde o importante era estar em conformidade com o grupo social e demasiadas preocupações com a moda seria motivo de estranhamento.

A partir do final do século XVIII e mais fortemente durante o século XIX, ficou decretada a grande renúncia masculina ao vestuário elaborado, à ornamentação e ao interesse pelo mundo da moda. A moda seria vista como um universo restrito às mulheres. A separação entre o vestuário masculino e feminino correspondeu ao próprio processo de separação binária das sociedades ocidentais onde os papéis sociais de homens e mulheres passam ser antagônicos e padrões de masculinidade e feminilidade tornam-se valores opostos.

A GRANDE RENÚNCIA MASCULINA

A moda, a partir do século XVIII e de forma central no século XIX, torna-se protagonista de um distanciamento nunca antes visto na forma de vestir de homens e mulheres, e não só na forma, mas na legitimação de dois universos distintos e antagônicos. Esse movimento teve início no século XVIII, quando a simplificação do vestuário masculino se tornou um traço muito significativo, trazendo profunda mudança nas práticas e discursos da moda (LIPOVETSKY, 2016). O autor teoriza

que o equilíbrio entre o vestuário masculino e feminino se rompe nesse período. Em torno de 1700 a moda feminina assume tal importância e tamanha extravagância nas classes mais altas, que o valor do guarda-roupa das mulheres ultrapassa em muito ao dos homens. A partir daí, diz o autor, sob a influência dos pensamentos iluministas que dominavam a Europa, a eclosão da Revolução Francesa com seus princípios de liberdade, igualdade e fraternidade e a consolidação da classe burguesa na condução da sociedade, o homem assume uma nova identidade social e o vestuário o acompanha.

A separação binária do vestuário ocorreu, sobretudo no século XIX, seguindo a própria mobilidade social que se instaurava a partir de uma sociedade de classes e, também, por uma marcante separação entre os gêneros. Homens e mulheres deveriam ter ocupações e aspirações diferentes e, conseqüentemente, formas de vestir adequadas a cada papel social. Masculinidade e feminilidade foram valores reescritos a partir dos ideais burgueses dominantes na época e tornaram-se elementos antagônicos entre si.

A feminilidade estaria cada vez mais atrelada à moda e à sua inconstância. As cores exuberantes, os tecidos faustosos e os enfeites passariam a ser incorporados definitivamente ao universo feminino ao passo que a sobriedade, a discrição e a constância seriam predicados da masculinidade e qualquer atitude séria de adorno fora banida do universo masculino (BORGES; MONTELEONE; DEBON, 2019).

É nesse momento histórico-social que se instaura a figura da “grande renúncia masculina”, desenhada pelo psicanalista inglês John Carl Flügel em seu livro ‘A psicologia das roupas’, publicado em Londres, em 1930. O autor ocupa-se em teorizar, no capítulo VII, que aborda sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres, o processo que levou os homens a abandonar todo vestuário elaborado, suntuoso e decorativo e com ele a sua expressão exibicionista e narcisista.

Mais precisamente, Flügel (1966) investiga o motivo pelo qual a Revolução Francesa exerceu um impacto tão mais profundo no vestuário masculino do que no feminino ao ponto de manter, até a contemporaneidade, este sacrifício imposto sobre a forma de vestir dos homens.

A primeira questão, para o autor, diz respeito à diferença social e cultural que se formou entre os sexos. No seu parecer, Flügel (1966), vê o homem como um agente mais social e com maior influência econômica e política, seu domínio é o espaço público, razão pela qual ficou mais exposto aos novos valores de igualdade propagados pela Revolução. A uniformidade do vestuário masculino associa-se a valores de decência enquanto a busca pelo conforto e praticidade reflete a valorização do trabalho pela classe burguesa. Já a mulher, por ocupar o espaço privado do lar, sofreu menos impacto no seu modo de vestir permanecendo com certa licenciosidade na forma fantasiosa das roupas. O vestuário feminino permanece com as prerrogativas da sedução podendo ataviar-se de dupla arma: a exposição e a ornamentação. O homem, por sua vez, repousa na severidade do traje toda sua masculinidade.

Flügel (1966), chama a atenção que, até o início do século XVIII, o homem competia com a mulher no esplendor de suas roupas e a moda tinha o claro objetivo de acentuar as distinções de classe e riqueza da aristocracia. Os trajes caros e elegantes eram insígnias dos cavalheiros que transitavam

entre os campos de batalha e o salão de estar dos palácios e não se envolviam com trabalhos mercantis o que lhes seria considerado degradante. Ocorre que, ao final do mesmo século, com a comoção social suscitada pela Revolução Francesa com seus valores de liberdade, igualdade e fraternidade, mundialmente difundidos, a magnificência e a ornamentação dos trajes tornaram-se desagradáveis às aspirações do novo regime. Surgem então, segundo o autor, dois caminhos que culminaram com a neutralidade e despojamento das vestes do sexo masculino: a uniformidade e a simplificação do traje.

A uniformidade veio de encontro à nova ordem social que exigia algo que representasse a humanidade comum a todos, fossem ricos ou pobres, poderosos ou humildes. Já a simplificação foi incentivada por um reflexo bastante significativo da Revolução: o ideal de trabalho tornou-se algo respeitado. Esse fato aproximou a moda dos trajes a padrões mais plebeus por serem acessíveis a todos (FLÜGEL, 1966).

Com relação ao outro aspecto, a justificativa, segundo o mesmo autor, está relacionada ao narcisismo e à competição sexual. Flügel (1966) destaca que, o homem adulto normal é dotado de um narcisismo menos livre e sua sexualidade é mais concentrada sobre os órgãos genitais, diferentemente da mulher que teria sua sexualidade mais difusa pelo corpo e um narcisismo mais livre, se permitindo uma ostentação, variação e beleza maior na sua forma de vestir. O homem teria também um “supereu” mais severo que o da mulher, mas, por outro lado menos sujeito à restrições pudicas, não sentindo necessidade de cobrir a cabeça, o rosto, o peito ou as pernas para se demonstrar modesto. Adaptado ao rigor do seu “supereu”, a figura masculina prefere indicar sua seriedade pela severidade das formas e monotonia das cores ao vestir.

A forma pela qual o homem passa a se vestir a partir do século XIX implica em um recalçamento geral do narcisismo masculino e uma satisfação bastante restrita do exibicionismo. Esse instinto primitivo não pode se manifestar nem pelo auto-erotismo da nudez, nem pela forma sublimada do vestuário através de roupas delicadas ou magníficas. O homem passa a satisfazer suas necessidades exibicionistas através de uma sublimação menos direta e desvinculada do vestir, que poderá estar atrelada uma profissão ou, muitas vezes, encontrando uma satisfação substitutiva na beleza da mulher, convertendo seu exibicionismo em voyeurismo e tornando-se um espectador da feminilidade (FLÜGEL, 1966).

A renúncia masculina a um vestuário ornamental e seus significados demandou um sacrifício dos elementos narcísicos e auto-eróticos da roupa, mas, por outro lado, tornou-se bastante rica em símbolos fálicos e representações da própria masculinidade. A sexualidade do homem, fálica e concentrada, é capaz de deslocar-se inteiramente sobre a roupa. Como exemplo disso tem-se o simbolismo fálico do chapéu, do sapato, do colarinho, da gravata, do casaco, da bengala e até mesmo do botão. A própria rigidez da roupa masculina traz em si uma representação externa de força e virilidade (FLÜGEL, 1966).

O autor resume o “ser masculino” quase que poeticamente, quando escreve, “O homem abandonou sua reivindicação de ser belo. Objetivou, assim, ser considerado somente útil” (FLÜGEL, 1966,

p. 100). Apesar de sua obra ‘A psicologia das roupas’ ter sido escrita no início do século XX, ainda representa em seu texto, com bastante atualidade, as transações sociais e identitárias realizadas através do vestuário e da moda entre os gêneros. Cabe dizer que, nas últimas décadas do século XX, as mulheres investiram e conquistaram espaço de igualdade com o sexo oposto e subverteram grande parte do guarda-roupa masculino em seu favor, especialmente, no mundo do trabalho. O mesmo não aconteceu com boa parte dos homens, que ainda permanecem arraigados aos conceitos de masculinidade implantados no imaginário coletivo durante o século XIX, especialmente, nos espaços atrelados ao exercício da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor esta reflexão sobre as representações sociais e simbólicas que o vestuário masculino adquiriu ao longo dos últimos séculos, buscou-se estabelecer uma historiografia que permitisse entender os motivos que levaram os homens a abandonar o adorno no vestir por símbolos de dignidade e competência, enquanto as mulheres permaneceram a explorar a moda de forma livre e exuberante.

Ainda que se esteja no decorrer do século XXI, quando se trata de transações que envolvam sua masculinidade, os homens de uma forma bastante generalizada, permanecem atrelados aos códigos recalcados desde o século XIX, pouco ousando na forma de vestir. Algumas exceções ocorrem impulsionadas pelo *show business*, pela indústria fonográfica, pela publicidade e, também, pela indústria da moda. Mas, basta frequentar ambientes profissionais que se poderá observar que, em sua esmagadora maioria, os homens invariavelmente usando calças escuras e camisas de tons claros. Quanto mais formais os ambientes, o tradicional terno composto pelo paletó, camisa, gravata e calça em tons de marinho e cinza permanecem inegociáveis. Algumas inovações são permitidas em ambientes de lazer, onde o *sportswear* contribuiu para trazer alguma descontração e colorido ao guarda-roupa masculino, ainda assim, parece muito improvável serem vistos nos espaços públicos e profissionais, homens trajando saias ou vestidos e, quando isso ocorre, é tratado com estranheza e, muitas vezes, com reprovação.

Enquanto a mulher barganhou seus espaços dentro da estrutura social e apropriou-se do vestuário masculino sem, contudo, precisar negociar seus atributos de feminilidade, parece que os homens estão aprisionados em uma imaturidade que não os permite desvencilhar sua masculinidade dos velhos códigos do vestuário, mesmo diante de uma sociedade pós-moderna. Os efeitos da “grande renúncia” ainda estão presentes no universo masculino, apesar do constante confronto motivado pela modernidade líquida onde tudo se torna relativo. É bastante instigante refletir até quando os homens suportarão a renúncia ao exibicionismo que é natural ao macho em quase todas as espécies e tomarão posse, novamente, de sua masculinidade a despeito do vestuário.

REFERÊNCIAS

- AVER, James. **A Roupas e a Moda**, uma história concisa. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BORGES, Camila; MONTELEONE, Joana; DEBOM, Paulo (Orgs). **A história da moda, a moda na História**. São Paulo: Alameda, 2019.
- BOUCHER, François. **História do Vestuário no Ocidente**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- BRAICK, Patrícia Ramos; MOTA Myriam Becho. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 2017.
- CALANCA, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: Editora Senac, 2021.
- CRANE, Diana. **A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas**. São Paulo: Editora Senac, 2016.
- FLÜGEL, John Carl. **A psicologia das roupas**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1966.
- FOGG, Marnie. **Tudo sobre moda**. Rio de Janeiro: Sextante, 2013. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.
- HOLLANDER, Anne. **O sexo e as roupas: a evolução do traje moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LIPOVETSKY, Gilles. **Da leveza: rumo a uma civilização sem peso**. São Paulo: Amarellys Editora, 2016.
- SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas: a moda do século dezenove**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.